



ESPAÇO URBANO E RELAÇÕES DE GÊNERO: Um estudo de caso sobre a mobilidade do trabalho e a morfologia socioespacial das cidades

Maria Franco Garcia
Universidade Federal da Paraíba

Jemeffer Souza Lebrão
Universidade Federal da Paraíba

Sinval Almeida Passos
Universidade Federal da Paraíba

Resumo

O objetivo deste texto é apresentar uma reflexão sobre o processo de expansão da cafeicultura no planalto de Conquista no estado da Bahia, mostrando como a mobilidade da força de trabalho de homens e mulheres participaram da configuração da forma urbana da cidade de Vitória da Conquista, originando grande parte do que hoje conhecemos como sua periferia. Os resultados alcançados nos permitem afirmar que a produção da periferia urbana é parte do processo de mobilidade do trabalho ao tempo que, a reprodução desse espaço está condicionada pelas relações sociais de gênero.

Palavras-chave: espaço urbano; relações de gênero; mobilidade do trabalho.

ESPACIO URBANO Y RELACIONES DE GÉNERO: uUn estudio de caso sobre la movilidad del trabajo y la morfología socioespacial de las ciudades

Resumen

El objetivo de este texto es presentar una reflexión sobre el proceso de expansión de la cafeicultura en el Planalto de Conquista en el estado de Bahia, mostrando como la movilidad de la fuerza del trabajo de hombres y mujeres participó de la configuración de la forma urbana de la ciudad de Vitória da Conquista, dando lugar a una gran parte de lo que hoy llamamos periferia. Los resultados alcanzados nos permiten afirmar que la producción de la periferia urbana es parte del proceso de movilidad del trabajo, al mismo tiempo que, su reproducción está condicionada por las relaciones sociales de género.

Palabras-clave: espacio urbano; relaciones de género; movilidad del trabajo.

INTRODUÇÃO

Desde a década de 1970, o processo de territorialização do capital cafeeiro no espaço agrário do Planalto de Conquista, no estado da Bahia, operou promovendo a mobilidade do trabalho, tanto: a) na ocupação das terras em que outrora viviam famílias camponesas e trabalhadores e trabalhadoras não proprietários, transformando-os em proletários do café e enviando-os para a periferia de Vitória da Conquista, como; b) agiu na atração de trabalhadores e trabalhadoras de outros municípios para o trabalho sazonal na colheita do café que buscaram, da mesma forma, na periferia *conquistense* espaços para a reprodução da vida.

A periferia urbana emerge historicamente como lócus de reprodução da classe trabalhadora. Este artigo mostra como isso aconteceu em Vitória da Conquista, só que, insere uma diferencia em relação a quase a totalidade dos estudos sobre o tema. A singularidade da abordagem radica em entender a produção da periferia urbana da cidade como parte do processo de mobilidade do trabalho ao mesmo tempo que, está condicionada na sua reprodução, pelas relações sociais de gênero. Ler a cidade a partir das necessidades de um sujeito subalternizado, como a mulher trabalhadora da periferia, visa quebrar a "violência epistêmica" das análises *a-generificadas* do espaço urbano e suas contradições internas, e também, recontar criticamente uma história espacial específica, que não aparece nem na história oficial sobre o café nem na do espaço urbano de Vitória da Conquista. Propomos desta forma contribuir no combate contra a invisibilização, no âmbito das ciências sociais, das mulheres como sujeitos históricos e políticos protagonistas e partícipes de dinâmicas espaciais urbanas que não se realizariam da mesma forma sem sua participação fundamental e diferenciada, tanto na esfera produtiva quanto reprodutiva das relações sociais. De acordo com Saffioti (2001), as ciências sociais em geral, tendem a ignorar a ação feminina no *fazer história*. A geografia não é exceção nesse ponto. Até hoje, a grande maioria das pesquisas que visam construir interpretações e dar respostas sobre questões espaciais, por meio de metodologias tanto quantitativas como qualitativas de pesquisa usa dados genéricos no desagregados por sexo ou procura nos depoimentos, memórias, histórias de vida masculinas as informações e dados necessários e suficientes sobre a realidade social em análise, em detrimento dos e das cientistas que buscam metodologicamente dar espaço, corpo e voz as mulheres. Sem dúvida, tal fato tem acarretado e contínua arrastando prejuízos na produção do conhecimento geográfico, deformando a própria ciência ao omitir preconceituosamente a experiência feminina da realidade socioespacial.

Os dados sobre a presença do trabalho das mulheres no setor cafeeiro da região do Planalto de Conquista, assim como os depoimentos das trabalhadoras do café, que compõem no texto foram selecionados a partir de um criterioso trabalho de procura nas bases do IBGE e do Censo Agropecuário de 2006, e em cuidadosos trabalhos de campo na periferia *conquistense*. Esta opção metodológica permitiu-nos compreender as informações e dados sobre os fluxos de mulheres e homens do café não apenas como mera quantificação de trabalhadores, mas, a partir das histórias de sujeitos reais. O que nos possibilita defender a ideia de que a produção do espaço, antes de ser produto de terminologias totalizantes como "as determinações do capital" ou da "luta de classe" é, por essência, a história de vida

de sujeitos concretos. Sobre eles recaem, além do destino de classe, ainda o destino de gênero construído simultaneamente enquanto produto e processo de sua representação. Entretanto, essa representação de gênero não está pautada apenas da diferenciação entre masculino e feminino, pelo contrário, nos apropriamos dessa concepção a partir de outra perspectiva, a que entende tanto o sujeito social como as relações de subjetividade atreladas à sociabilidade em curso. O que significa pensar os sujeitos constituídos no gênero porém não só na experiência de relações de sexo, mas também nas de raça e classe. Um sujeito múltiplo, em vez de único, e contraditório, em vez de simplesmente dividido. (LAURETIS, 1994). As trajetórias das mulheres do café de Vitória da Conquista mostram no cotidiano espacial da sua existência, nas idas e vindas, os limites e possibilidades de gênero vivenciados na sociabilidade do patriarcado contemporâneo urbano, além dos condicionantes de classe e etnia.

Diante dessas escolhas teóricas metodológicas o processo de pesquisa, que da origem a este artigo, é um trabalho analítico e reflexivo da história da cafeicultura e da produção da periferia urbana de Vitória da Conquista, como processos concomitantes e contraditórios. Para isso, partimos das histórias singulares de trajetórias dolorosas da mobilidade do trabalho de homens e mulheres forçados a saírem dos locais de origem na busca de melhores condições de vida. Na sequência, mostramos como nessas histórias comparecem momentos e estratégias de resistência e solidariedade de classe e de gênero, que nos ajudam a ampliar nossa leitura sobre esses processos.

Sem dúvida, as trajetórias das trabalhadoras expressam a insegurança de uma vida itinerante entre o campo e a cidade, marcada pela precariedade e luta pela sobrevivência. Nesses casos, a mobilidade do trabalho tem sua expressão dual muito clara, pois enquanto aparece para as trabalhadoras como possibilidade de continuar se reproduzindo através do trabalho é também, ao mesmo tempo, o momento de submissão de seus corpos e seu intelecto aos ditames de uma força superior a sua vontade e seus anseios. Assim, as trabalhadoras, como nos lembra Gaudemar (1977), se veem imersas em um movimento no qual, diante da situação de miséria em que se encontram, só tem a opção de se mover na mesma direção. Esta dinâmica que, à primeira vista, pode aparentar passividade destes sujeitos frente a um quadro estrutural, no qual se deixariam levar por determinações que são superiores à sua vontade, em uma análise de gênero mais aprofundada emerge como estratégia de sobrevivência, ou mesmo resistência.

Morfologia urbana e mobilidade do trabalho: a periferia e o café

Vitória da Conquista é uma cidade do centro-sul da Bahia que conta, segundo o último Censo Demográfico do IBGE (2010), com 306 mil habitantes. Um dos processos que conferiram a essa cidade sua atual configuração urbana foi desencadeado na década de 1970, com a instalação e expansão da agroindústria do café. Concomitantemente, as transformações na forma de organização da produção e o trabalho no espaço agrário, proporcionaram a emergência, e expansão sem precedentes, da periferia urbana. A periferia de Vitória da Conquista, entendida como um espaço de segregação social, comparece na

morfologia urbana da cidade, de forma muito clara nas suas plantas do final da década de 1980.

A cidade que nos desperta interesse neste estudo é produto de processos complexos e contraditórios, característicos do modo de produção capitalista, que, baseado na propriedade privada do solo e na divisão social do trabalho, materializa no espaço, o conflito das classes sociais antagônicas que o compõem. No período que segue entre as décadas de 1970 e 1980, observa-se em Vitória da Conquista um processo de expansão da estrutura urbana, o de maior amplitude em toda sua história. Configurou-se como um crescimento espreado, ampliando os limites da cidade para áreas cada vez mais distantes do núcleo urbanizado. Este momento significa, em nossa análise, o ponto chave do aprofundamento das diferenças espaciais que cristalizaram a dinâmica da segregação espacial. Tal processo deu origem a uma periferia urbana pensada e produzida como tal, criada, estrategicamente, pela ação conjunta do Estado e dos proprietários fundiários, para abrigar as parcelas mais empobrecidas da classe trabalhadora, compostas, sobretudo, de trabalhadoras e trabalhadores migrantes que chegaram a esta cidade em um contexto específico de instalação de desenvolvimento da agroindústria cafeeira. Trata-se de uma periferia que não acontece de forma espontânea, senão condicionada por processos articulados nos níveis nacional, regional e local. A instalação e expansão da cafeicultura trouxe em si a mobilidade do trabalho, que foi condição e resultado da espacialização do capital cafeeiro na região do Planalto da Conquista.

A mobilidade do trabalho tem sido parte constitutiva da formação territorial de Vitória da Conquista. Os primeiros registros da chegada de migrantes de outros municípios e regiões do país datam, de acordo com Medeiros (2003), das décadas de 1930 e 1940. No entanto é a partir de 1970, que o fenômeno da mobilidade de trabalhadores e trabalhadoras é intensificado, ao ponto de imprimir, na estrutura urbana *conquistense*, a sua marca, deixando gravadas no espaço as contradições da relação capital-trabalho.

A mobilidade que leva para Vitória da Conquista um grande contingente de força de trabalho, de homens e mulheres, neste período vem como condição do deslocamento de capitais e investimentos pelo Estado brasileiro, para a criação e desenvolvimento da monocultura cafeeira na região do Planalto da Conquista. A fim de expandir a cafeicultura dos estados do Centro Sul do país, o Governo Federal, por meio de ações do Instituto Brasileiro do Café (IBC), elegeu essa região, como favorável ao cultivo do café, devido às suas atribuições geográficas. Esse conjunto de processos tornou possível a produção cafeeira na região visando atender aos mercados nacional e internacional.

O processo de territorialização do capital cafeeiro no campo *conquistense* agiu duplamente promovendo a mobilidade do trabalho, tanto na ocupação das terras em que outrora viviam famílias camponesas e trabalhadores e trabalhadoras não proprietários, transformando-os em proletários do café e enviando-os para a periferia de Vitória da Conquista. Como também agiu na atração de trabalhadores e trabalhadoras, de outros municípios do entorno, para o trabalho sazonal na

colheita do café. Essas famílias buscaram, também, na periferia *conquistense* espaços para a reprodução da vida.

O crescimento demográfico registrado a partir de 1970 em virtude do trabalho em ‘movimento’ pelo café, atingiu a expansão horizontal da cidade e a demanda por habitação. A ocupação do solo urbano passou a ser realizada, principalmente, por intermédio da atividade loteadora. Na década de 1970 criaram-se 21 loteamentos sendo que, só em 1977, um ano após a elaboração do primeiro Plano Diretor Urbano de Vitória da Conquista, 11 loteamentos foram licenciados pela Prefeitura Municipal (MEDEIROS, 1978).

Na década de 1980 ocorreu uma intensificação desse processo. Neste período houve a maior divisão de glebas, com um total de 102 loteamentos registrados. Em 1991 a Prefeitura Municipal criou assentamentos urbanos destinados à população em condição de desemprego e subemprego, que não tinha possibilidade de comprar nem mesmo aqueles lotes mais distantes e menos valorizados da cidade, nos quais inexistia qualquer tipo de infraestrutura urbana. Segundo Ferraz (2001) em 1990, ainda foram abertos outros 64 loteamentos.

A periferia urbana emerge historicamente em Vitória da Conquista como lócus de reprodução da sua classe trabalhadora, especificamente dos trabalhadores e trabalhadoras do café e da própria dinâmica da cafeicultura no Centro Sul baiano. Todavia, a participação das mulheres em ambos os processos, como na composição da força de trabalho migrante e na produção da periferia urbana, via de regra foi omitida, esquecida ou desconsiderada. Sob os termos “trabalhadores”, “classe trabalhadora” e “força de trabalho” as especificidades da participação das mulheres no mundo produtivo do café e na periferia *conquistense* foram invisibilizadas tanto em sua dimensão política, como enquanto sujeito produzido socialmente e historicamente silenciado, oprimido e esquecido. Por isso, a abordagem de gênero é, nesta análise, uma possibilidade interpretativa desafiadora e gratificante, que nos permite afirmar que a produção da periferia urbana de Vitória da Conquista, como parte do processo de mobilidade do trabalho já mencionado, está condicionada na sua reprodução pelas relações sociais de gênero.

RELAÇÃO CAMPO–CIDADE, TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL CAFEIRO E TRANSFORMAÇÕES URBANAS

A cultura e lavoura do café estão atreladas profundamente à história econômica e territorial do Brasil. Como constatam Martins (2010) e Furtado (2007), entre 1850 e 1930, o café representou o principal produto de exportação da economia brasileira. Mesmo tendo-se iniciado como economia agrária no período colonial, foi a partir da suspensão do tráfico de escravos africanos, em 1850 e nos anos posteriores, que o café se tornou a mercadoria central que impulsionou a economia do país. Além disto, influenciou profundamente a organização social e política, especialmente na região Centro Sul, determinando acontecimentos fundamentais como a liberação progressiva dos escravos e a abolição da

escravatura em 1988, o processo de industrialização do país e a Revolução de outubro de 1930, que pôs fim a hegemonia política das oligarquias cafeeiras.

Considerando o volume de força de trabalho necessário para a criação de novos cafezais e para a manutenção das fazendas já existentes, sobretudo no período da colheita, defendemos, com base nas pesquisas sobre a cafeicultura no Brasil, que a expansão e consolidação desta atividade deram-se pela mobilidade do trabalho (MARX, 2010, GAUDEMAR, 1977). Em outras palavras, a cafeicultura capitalista produziu, explorou, fez circular e controlou, tanto pelo lado da oferta como pela demanda, a força de trabalho de homens e mulheres, como mercadoria essencial ao seu processo de acumulação. Contudo, as pesquisas encontradas sobre o trabalho no café, não nos permitem identificar as formas de exploração indiretas e os mecanismos de controle cultural mais sofisticado, decorrentes da organização social patriarcal que, neste processo, atuaram sobre a força de trabalho das mulheres.

Isto é devido, fundamentalmente, ao escasso e insólito registro da participação diferencial de gênero na composição da força de trabalho nos cafezais, assim como de análises mais aprofundadas da divisão sexual do processo de trabalho no café. Muito mais incomuns são as referências e análises sobre as condições de reprodução das próprias relações de produção. O trabalho, produtivo e reprodutivo, e a mobilidade das mulheres nesses estudos ficam subentendido na ampla e vaga categoria de “família” trabalhadora ou migrante.

Embora existam pesquisas nos ajudam a compreender a dimensão da força de trabalho em mobilidade pelo café, ao buscar a compreensão das mulheres trabalhadoras neste processo, esbarramos na dificuldade de identifica-las nos textos de grande parte destes autores que homogeneizam a classe trabalhadora, invisibilizando o trabalho feminino na produção e reprodução nas fazendas de café. Destes, poucos dão atenção ao nosso sujeito, podendo apontar as análises de Stolcke (1986), que aborda o universo do trabalho das mulheres estrangeiras colonas no café em São Paulo e o estudo de Spaggiari Souza e Freitas (2015) que, sob a perspectiva de gênero, analisa os condicionantes da migração sazonal de mulheres camponesas do vale do Jequitinhonha para os cafezais do sul de Minas.

A vinculação da expansão cafeeira com a mobilidade de trabalhadores e trabalhadoras compõe parte importante da história do Brasil e, particularmente, de Vitória da Conquista, agentes do agronegócio cafeeiro na Bahia, no período de 1972 até o final da década de 1980.

VITÓRIA DA CONQUISTA ANTES DO CAFÉ

Em 1970 Vitória da Conquista já apresentava uma urbanização consolidada (FERRAZ, 2001). As principais atividades econômicas desenvolvidas no município, até esse momento, eram o comércio e as relacionadas ao setor de serviços, que cresciam, diversificavam e se especializavam a cada ano. Na zona rural, a pecuária de corte era a principal atividade e convivia com as pequenas lavouras agrícolas.

Na década de 1970 foi implantado o Distrito Industrial dos Imborés com o intuito de promover o desenvolvimento regional por meio da industrialização. Para Tanajura (1994), o papel reduzido do setor industrial na economia *conquistense* aconteceu devido à precariedade da infraestrutura do distrito industrial que se interpôs como empecilho à atração de novos investimentos, acrescido pela posição do Estado em não conceder incentivos fiscais que possibilitassem uma maior atuação das indústrias. Crítico a esta posição, Santos, (2014, p. 82) aponta para a estratégia do capital de se apropriar das potencialidades de cada região segundo um contexto internacional da divisão social do trabalho: “cada cidade, estado, país, cada território desempenha, de forma predominante, um tipo de atividade conveniente ao aproveitamento das suas potencialidades” “naturais” e as necessidades sócio reprodutivas do capital, e neste contexto, o papel desempenhado pela cidade de Vitória da Conquista no ciclo de realização capital, constituído historicamente em seu processo de formação, está vinculado, principalmente circulação/transporte e ao consumo/realização da mais-valia.

A constituição de Vitoria da Conquista em relação à malha rodoviária foi uma de suas principais vantagens. As estradas são produto e condição do surgimento desta cidade, estando profundamente atreladas a sua função estratégica como “lugar de passagem”. Cortada ao meio pela BR 116, em 1970 a cidade já apresentava um cenário de segregação espacial. O lado Oeste da rodovia começou a ser povoado por uma população de baixa ou sem nenhuma renda, sobretudo de pessoas que migraram para esta cidade, que eram mal vistos pelos moradores do centro e demais bairros das imediações. Usava-se a terminologia pejorativa “lado de lá” para designar o desprezo das classes dominantes por esses espaços (SANTOS, 2013).

Os processos ocorridos em Vitória da Conquista desde sua origem, não são fatos desconexos nem ocorridos ao acaso, pelo contrário, são ações planejadas pelos sujeitos que exercem influência sobre o espaço, estratégias das classes dominantes que vão produzindo e organizando esse espaço a fim de que ele atenda às suas necessidades individuais ou de classe. Já que a infraestrutura é distribuída de forma desigual (CARLOS 2011), o valor do solo também é desigual e tem papel fundamental na diferenciação espacial urbana.

Muitas melhorias puderam ser observadas no decorrer da história trilhada pelo município, no entanto, não se podem considerar apenas os aspectos positivos desse processo. Existiu também, uma falta de infraestrutura urbana e baixas condições socioeconômicas para a maioria da população, principalmente para os trabalhadores sem posses que já estavam e os que chegavam à cidade.

A relação campo-cidade não pode ser desprezada, pois o campo sempre possuiu papel fundamental na produção espacial urbana de Vitória da Conquista e tem sido um importante propulsor da mobilidade do trabalho do campo para a cidade, foi a assim com a expansão da pecuária, e na instalação da cafeicultura. De acordo com Rua (2005) muitas análises consideram campo e cidade como opostos, que apesar de estarem unidos historicamente, são analisados de forma separada e dualista. No entanto, essa concepção não nos dá sustentação teórica para entender o processo histórico que culminou na produção de Vitória Conquista. É

preciso analisar dialeticamente as contradições desses espaços que são, ao mesmo tempo, diferenciados e semelhantes em determinados aspectos, separados, próximos, ou contínuos e se influenciam mutuamente. Neste sentido, a cidade não se faz sem a ligação estreita com o meio rural e o próprio campo também se transforma em função do urbano e das demandas do mercado.

A CHEGADA DO CAFÉ: TRANSFORMAÇÕES URBANAS, ECONÔMICAS E POLÍTICAS EM VITÓRIA DA CONQUISTA

Com a instalação da cafeicultura no campo, muitas atividades subsidiárias ao café passaram a ser implantadas na cidade, o que significou a ampliação do comércio e a abertura de mercado para novas atividades, além de favorecer o capital financeiro, elemento fundamental nesse processo de reestruturação por intermédio de financiamentos bancários.

Vitória da Conquista se destacou, entre os demais municípios do Planalto como grande centro de industrialização e comercialização na cadeia produtiva do agronegócio cafeeiro (SOARES, 2011). De acordo com Medeiros, (2015) a indústria de beneficiamento e torrefação cresceu e passou a atender a região e alguns mercados de outras localidades. Com a fixação do café na região, foram surgindo também empresas exportadoras e corretoras de café vindas de outros estados. Muitas dessas atividades que inexistiam, passaram a se estabelecer ali no município, como a Agroindústria e Exportação Café Bahia LTDA, Indústrias Alimentícias Maratá LTDA, Indústria e Comercio de Café Paladar LTDA, Agroindústria e Exportação de Café Arizona LTDA – ME, Comercial Industrial de Café LTDA – ME, Torrefação e Moagem de Café Serra Verde LTDA – ME, entre outras (INFOPLEX, 2015).

As atividades e empresas relacionadas ao ramo cafeeiro abriram novas portas para a atração de infraestrutura e mercados para Vitória da Conquista, e dessa forma, a cidade continuou a crescer e a modificar sua configuração territorial. Como assevera Ferraz (2009), aportes nas áreas de educação, saúde e tecnologias estimularam a chegada e permanência de instituições e profissionais especializados, aumentando a influência dessa cidade sobre a região.

A cafeicultura no município de Vitória da Conquista proporcionou o aumento da capitalização na zona rural, ampliou o movimento bancário e conseqüentemente a arrecadação municipal. Houve, neste período, uma intensificação na relação entre o campo e a cidade, já que o processo produtivo no meio rural passou a depender fundamentalmente dos serviços oferecidos na cidade, que em contrapartida, só se estabeleceram no espaço urbano em decorrência das demandas do campo. Como o comércio de insumos, máquinas e material para construção, os órgãos de representação, como o IBC, a secretaria municipal de agricultura, as instituições financeiras representadas pelos bancos, os escritórios indústrias de torrefação e beneficiamento, as corretoras e exportadoras, entre outros.

A mobilidade do trabalho se tornou produto e condição da instalação da cafeicultura no Planalto da Conquista, que territorializou-se promovendo um

processo expropriação, proletarização e precarização do trabalho de homens e mulheres criando, por meio de estratégias perversas o proletariado necessário à transformação dessa região em uma das principais produtoras de café do Brasil.

A FORÇA DE TRABALHO DAS MULHERES NA CAFEICULTURA

A territorialização da cafeicultura e transformação de famílias camponesas em trabalhadores e trabalhadoras do café no Planalto da Conquista, atraiu homens e mulheres de vários municípios baianos e de outros estados da federação.

Para a criação dos cafezais, além da força de trabalho volante, foi necessária a contratação de trabalhadores e trabalhadoras para morarem nas fazendas. Como era costume na região, a contratação funcionários em regime integral de trabalho, retirava da vida dos homens, mulheres e crianças a distinção entre os espaços da produção e da reprodução. Os trabalhadores e trabalhadoras volantes ou diaristas, se dedicavam aos trabalhos de desmatar a terra, preparar o solo e instalar as estruturas necessárias à cafeicultura como o viveiro, para produzir mudas.

A contratação do “trabalho da família”, como a história da cafeicultura brasileira apresenta, se tornava, para o cafeicultor, muito mais interessante do que a contratação individual, sobretudo no que tange as famílias dos trabalhadores fixos nas fazendas. De acordo com Stolcke (1986), na introdução do trabalho livre na cafeicultura brasileira, no século XIX, sob o regime de colonato, a contratação de famílias, fazia com que o fazendeiro obtivesse trabalho adicional a um custo mais baixo do que pagaria, caso os buscasse individualmente no mercado. Principalmente, porque no período da colheita a necessidade de trabalho chegava a ser um quinto maior que durante o cultivo. Nesse momento as mulheres e os filhos dos trabalhadores poderiam cobrir o adicional na demanda.

Na cafeicultura do Planalto da Conquista formas semelhantes de exploração do trabalho aconteceram durante a década de 1970 e se reproduzem, em menor escala, até os dias atuais. Embora organicamente diferente, por se tratar uma relação de trabalho capitalista, o assalariamento. Ao firmar contrato com o pai da família, o cafeicultor está, ao mesmo tempo contratando toda uma “célula produtiva”, constituída pela mulher e pelos filhos e filhas, adultos ou crianças, que significa a ampliação de força de trabalho disponível, logo, maior extração de mais valia e conseqüentemente, maior produção de capital para o detentor dos meios de produção.

Neste contexto, as mulheres têm protagonismo na cafeicultura conquistense, pois grande parte da força de trabalho empregada nessa atividade era feminina. Como apontam os dados de pessoal ocupado do Censo Agropecuário, em 1970, ano anterior à chegada da cafeicultura, havia 4.574 mulheres trabalhando na zona rural de Vitória da Conquista, enquanto que em 1975, dois anos após a chegada do café, esse número mais que duplica, totalizando 9.930 trabalhadoras no campo conquistense, um aumento de 53,93%, ao passo que o trabalho masculino teve um acréscimo de 29,12%, saindo de 8.995 para 12.692 no mesmo período. Todavia a força de trabalho feminina era subalternizada e complementar ao

trabalho dos homens trabalhadores fixos, no caso das famílias. Além disto, algumas etapas do processo produtivo eram realizadas quase que exclusivamente por mulheres, como o viveiro, fase fundamental do cultivo do café, onde, literalmente, nasce o cafezal. Outras atividades como o plantio das mudas e a colheita também eram realizadas majoritariamente pelo trabalho feminino, provavelmente este fato explique a superioridade do aumento de mulheres trabalhadoras neste período.

Além da participação expressiva das mulheres nas lavouras, o trabalho infantil também foi amplamente empregado na expansão e manutenção da cafeicultura conquistense, sobretudo nas décadas de 1970, 1980 e 1990, quando a fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) nas fazendas era ainda muito incipiente ou quase nula, começando a ser efetiva apenas a partir de 1995.

O aumento da fiscalização não significou a extinção do trabalho infantil na atualidade da cafeicultura do Planalto da Conquista, mas a frequência das vistorias do MTE nos estabelecimentos tem coagido essa ação. Mesmo assim, conseguimos obter relatos, por meio do depoimento de trabalhadoras, que até o ano de 2010 levaram seus filhos e filhas junto às lavouras, onde também trabalhavam na colheita do café. Como descrevem as trabalhadoras a seguir, referindo-se a diferentes anos de trabalho na cafeicultura desta região:

- **Década de 1980, trabalhadora que residia em uma fazenda de café:** Minhas filhas mais grandinhas de 5 anos em diante eu levava pra roça pra trabalhar, minhas menina, toda vida foi trabalhadeira[...] o menorzinho que ainda não trabalhava, mesmo assim eu levava, ele ficava lá deitado embaixo do pé de café e cantando e querendo comida. Tinha que levar a bolacha, o café, a mamadeira e o leite, que não tinha mais quem deixava. (M, 78 anos. Entrevista concedida em à autora. Vitória da Conquista, janeiro de 2016).
- **Ano de 2010, trabalhadora residente da periferia de Vitória da Conquista:** As crianças quando era pequenininha, ficava no alojamento e uma menina maior olhava. Mas aquelas que já sabia trabalhar ia para o café, [...] minha menina de 12 anos apanhava café e a minha neta de 10 anos apanhava café também, aí o pagamento delas era junto do meu. [...] Elas vinha na mesma rua de café que eu. (E, 56 anos. Entrevistada em Vitória da Conquista, janeiro de 2016).

De acordo com Medeiros (2015), a modernização da agricultura implicou na necessidade de treinamento e especialização da mão de obra. Para que pudessem se familiarizar com as novas formas de lidar com o solo, foi necessário treinar os trabalhadores e trabalhadoras, quer para o plantio, colheita, ou para a limpa. Não se tinha mais o trabalho do vaqueiro, do agricultor tradicional que produzia aipim, mandioca, grãos, batatas e etc. A necessidade passou a ser por trabalhadores habilitados para fazer curvas de nível, covas de café, adubação química, calagem

do solo etc. Todos esses procedimentos exigiam certo nível de conhecimento (MEDEIROS, 2015).

Contudo, como a cafeicultura em expansão tinha uma grande demanda por força de trabalho, admitia-se nas fazendas, “qualquer pessoa que tivesse vontade de trabalhar” como recolhe o depoimento de Dona Alva, trabalhadora rural que dedicou 16 anos de sua vida ao trabalho entre diferentes fazendas de café de Vitória da Conquista:

A região não desconhecia de todo o cultivo do café, em algumas propriedades era possível encontrar o que chamavam de “café de quintal”, mas cafeicultura modernizada era novidade na região, e não existia no Planalto da Conquista, trabalhadores qualificados para seu manejo. Os trabalhos que exigiam conhecimento diferenciado eram ensinados por técnicos aos trabalhadores e trabalhadoras que moravam nas fazendas e esses iam repassando para os demais. A maioria das entrevistadas afirmou que teve de aprender a lida com o café na prática, colocando a mão na terra.

Na primeira etapa do cultivo do café, as trabalhadoras passavam para o viveiro, onde se realiza a produção das mudas. Esta é uma atividade cheia de minúcias, que precisa ser feita com extremo cuidado, pois a sobrevivência do cafeeiro depende do manejo adequado desde a seleção dos grãos, que irão ser plantados, até a irrigação e o plantio. Sob a justificativa de ser um trabalho que exige maior delicadeza do que força física direcionam-no para as mulheres. Contudo não só por isso se justifica essa nuance de gênero, mas principalmente por se tratar de uma atividade repetitiva e degradante, desprezada pelos homens por ser realizada com a trabalhadora sentada no chão por várias horas sem nenhum tipo de assento que lhes proporcione o mínimo de conforto para desenvolver a atividade em segurança.

Gazzola e Ajambuja (2000), ao discorrerem sobre as ideias de Ammann (1947), apontam que as tarefas baseadas na repetitividade, monotonia e automatismo são preferencialmente destinadas as mulheres justamente por serem atividades automáticas e desprofissionalizadas, enquanto os trabalhos que prescindem de algum “saber técnico” são destinados aos homens. Esse fato, atrelado à inferioridade dos salários das mulheres no Brasil, formam parte dos traços constantes da subalternização feminina no mercado de trabalho e está presente na divisão sexual das tarefas no processo laboral do café. O trabalho no viveiro descrito a seguir, apesar de livrar da lida sob o sol, não era, de acordo com relatos das entrevistadas, uma das melhores tarefas, pois além de ser desconfortável o pagamento por diária era considerado irrisório.

Na divisão das tarefas entre homens, mulheres e crianças, aquelas que exigiam a força física e habilidade técnica eram desempenhadas pelos homens, como o corte de madeira para a construção e a instalação do viveiro, a abertura das covas para o plantio das mudas. As crianças também ficavam responsáveis por “encher os saquinhos”, das mudas com a terra preparada com compostos orgânicos e agrotóxicos como o chamado “chumbinho”. O Aldicarbe, praguicida popularmente conhecido como chumbinho pelo seu formato granular que lembra à munição de chumbo usada em espingardas e outras armas. O “chumbinho” foi

banido do mercado brasileiro apenas em 2012 pela ANVISA, devido ao alto grau de toxicidade do produto, o que representava risco à saúde tanto das crianças, quanto das mulheres que manipulavam esse produto. Geralmente, as crianças eram filhos e filhas das famílias trabalhadoras que moravam nas fazendas e dos e das diaristas que prestavam serviço em diferentes propriedades da região.

De acordo com relatos de entrevistadas e informações concedidas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista, geralmente, apenas o pai da família possuía carteira assinada e recebia o salário mensal. As mulheres trabalhavam como diaristas, recebendo um pequeno valor pelo dia de serviço, segundo uma das entrevistadas: “pagava bem pouquinho, era só a diarinha mesmo” (D.A, 64 anos. Entrevista concedida à autora. Vitória da Conquista, janeiro de 2015).

Para se ter noção do valor pago pelas diárias, quando as mulheres tinham a carteira de trabalho assinada, elas recebiam apenas metade do salário pago aos homens, ainda assim, este meio salário era considerado muito melhor, do que trabalhar todos os dias do mês recebendo por diária, ou seja o dia de trabalho dos homens valia, monetariamente, mais que o dobro do dia de trabalho feminino, expressando a subalternidade e desvalorização do trabalho da mulher na cafeicultura.

A desvalorização do trabalho feminino não é uma particularidade dessa região ou deste tipo de atividade, sendo uma realidade imposta historicamente, baseada no patriarcado, a forma de organização social da vida, dirigida pela concepção da superioridade masculina em detrimento das mulheres, e a consequente opressão de gênero, que de forma perspicaz é apropriada pelo capitalismo como uma de suas estratégias de reprodução ampliada, no qual incorpora a divisão sexual do trabalho relegando ao trabalho feminino as atividades produtivas remuneradas nos setores mais precários do mercado de trabalho, incluindo-as de forma mais intensa em trabalhos degradantes e na informalidade (FRANCO GARCÍA, 2004).

A divisão sexual do trabalho é constituída, de acordo com Lobo (1991), como uma prática social, que manifesta a subordinação de gênero, a assimetria nas relações de trabalho masculinas e femininas que diz respeito não somente à divisão das tarefas, mas aos critérios que qualificam essas tarefas, tendo repercussão nos salários e na disciplina do trabalho. Assim, a divisão sexual do trabalho “não é tão somente uma consequência da distribuição do trabalho por ramos ou setores de atividade, senão também o princípio organizador da desigualdade no trabalho” (p.15), daí as piores tarefas e salários, na cafeicultura ou fora dela, serem direcionados à mulheres.

A participação das mulheres no mercado de trabalho ganha impulso, nas economias ocidentais a partir da década 1950, apesar disso, no Brasil, em 1970, no contexto geral a participação feminina ainda era pouco representativa, cerca de 18%, aumentando nas décadas seguintes, chegando em 2002 com uma participação de 50% das mulheres no mercado de trabalho segundo dados do IBGE (2002). Ao mesmo tempo, a diferença de salários entre homens e mulheres, em meio a muitas lutas foi diminuindo gradativamente, (MADALOZZO, MARTINS E SHIRATORI, 2010). Apesar disso, de acordo com estudo publicado pela

Confederação Internacional dos Sindicatos “as trabalhadoras brasileiras são as que sofrem com maior diferença salarial em relação aos homens no mundo todo, com 34% de variação entre as remunerações de ambos os gêneros”.(ICFTU, apud VERLAINE, 2013).

Conforme Madalozzo, Martins e Shiratori, (2010), os modelos econômicos competitivos, especificamente, aqueles direcionados ao mercado de trabalho, não conseguem tecer explicações sobre essa diferença salarial, sem lançar mão de hipóteses fortes sobre as preferências individuais de homens e mulheres e os objetivos da família.

No entanto, essas teorias estão baseadas em trabalhos que exigem um período de formação e profissionalização entre os gêneros. No caso dos catadores de café, atividade que não exige qualificação, senão aptidões físicas, a força, a resistência e a agilidade seriam as justificativas para a maior remuneração dos homens e detrimientos das mulheres.

Muitas vezes, as mulheres trabalhadoras do café, eram designadas para tarefas que não gostavam de fazer, por considera-las tão pesadas e cansativas que não compensavam o valor que recebiam. Mas, por morarem na fazenda, na casa cedida pelo patrão, se alimentando daquilo que produzia na terra dele, sentiam-se “na obrigação” de realiza-los.

A etapa subsequente à instalação da cafeicultura, após o cultivo das mudas foi o plantio dos cafezais, processo que unia mulheres, homens e máquinas. A maioria dos cafeicultores de Vitória da Conquista conseguiram financiamento para a compra de máquinas agrícolas no intuito de otimizar o processo de trabalho e a produção. A divisão das atividades no plantio era relegada por gênero, cabia aos homens abrir as covas, já previamente demarcadas pelos tratores em linhas que obedeciam ao nivelamento do terreno, enquanto as mulheres plantavam as mudas.

Pôde-se perceber, nas entrevistas com as trabalhadoras, a relação de subalternidade ao patrão e administradores da fazenda, da necessidade de mostrar serviço, e de não fazer “corpo mole”, independente da situação. Isso se dá pela necessidade que os trabalhadores e trabalhadoras tinham daquele posto de trabalho para a sobrevivência, que apesar das condições de exploração, se constituía como único meio de vida possível para eles (as), a julgar pelo seu histórico de vida errante, buscando, sem sucesso, formas de vender sua força de trabalho no campo e na cidade de diferentes municípios da região.

Existe nesse fato uma grande contradição, pois apesar de o café ter aparecido com possibilidade de renda para milhares de trabalhadores e trabalhadoras despossuídos da região, ainda que temporariamente, ao mesmo tempo, este é o momento em que as trabalhadoras e trabalhadores se submetem a condições extremas de exploração, no qual o trabalho análogo a escravidão tem sido recorrente na história do café no Planalto, com casos de homens, mulheres e crianças resgatados pelo Ministério do Trabalho. Neste sentido, aquilo que aparece para os sujeitos enquanto possibilidade de manutenção da vida por meio do trabalho, se realiza de forma, degradante, desrealizando e precarizando ainda

mais suas vidas, pois despendem suas energias vitais em uma atividade que absorve seu tempo, sua força física e psíquica em troca do direito a uma sobrevivência tão precária quanto sua atividade laboral no café. No entanto, a perversidade desta contradição faz parte da lógica irracional e incoerente, desde a perspectiva do trabalho vivo, do sociometabolismo do capital que ao passo que depende de maneira vital do uso da força de trabalho, o faz na determinação de condições alienantes sobre os trabalhadores, desapropriando-os do controle de sua própria capacidade produtiva (Menezes, 2007).

A MOBILIDADE DA FORÇA DE TRABALHO DAS MULHERES E PRODUÇÃO DA PERIFERIA URBANA

Os depoimentos de trabalhadoras, coletados durante os trabalhos de campo realizados na periferia de Vitória da Conquista, mostram como o processo de mobilidade do trabalho no café, participou da origem dessa área urbana. A trajetórias dessas mulheres sobe as quais recai o peso não apenas de ser mulher em uma sociedade na qual as relações patriarcais estão entranhadas, veem recair sobre si, além do destino de gênero, também o destino da classe social na qual estão inseridas.

Neste sentido, nossa compreensão da história da cafeicultura no Planalto e da produção da periferia urbana de Vitória da Conquista, parte da análise das histórias singulares de trajetórias dolorosas de mobilidade do trabalho e desprendimento de seus locais de origem na busca por chances de melhorar suas condições de vida. Todavia, nessas histórias comparecem momentos e estratégias de resistência e solidariedade de classe e entre mulheres que nos ajudam a ampliar a leitura sobre estes processos, já que grande parte dos estudos sobre a história da cafeicultura e da produção do espaço conquistense parte de uma concepção excludente que homogeneiza a classe trabalhadora deixando passar as nuances de classe, ignorando a inserção diferenciada da mulher nas relações de produção e reprodução.

As trajetórias das trabalhadoras expressam a insegurança de uma vida itinerante entre o campo e a cidade, marcada pela precariedade e luta pela sobrevivência. Nesses casos, a mobilidade do trabalho tem sua expressão dual muito clara, pois enquanto aparece para as trabalhadoras, como possibilidade de continuar se reproduzindo através do trabalho, é também ao mesmo tempo, o momento de submissão de seus corpos e intelecto aos ditames de uma força superior à sua vontade e seus anseios. Assim, as trabalhadoras, como nos lembra Gaudemar (1977), se veem imersas em um movimento no qual, diante da situação de miséria em que se encontram, só tem a opção de se mover na mesma direção, ou ver a si e a sua prole padecer.

Esta dinâmica que à primeira vista, pode aparentar passividade destes sujeitos frente a um quadro estrutural, no qual se deixariam levar por determinações que são superiores à sua vontade. Todavia, em uma análise mais aprofundada emerge também, como estratégia de sobrevivência, ou mesmo resistência.

a) O valor moral do trabalho e a autoridade masculina

D. A, trabalhadora de 64 anos que guarda uma rica história de vida marcada por trajetórias de mobilidade, nasceu na zona rural de Condeúba, município do semiárido baiano, de família camponesa, desde a infância, dedicou sua vida ao trabalho no campo, na lida diária com a família na “terrinha” que possuíam, onde produziam “feijão, arroz, milho, criava cabra, criava carneiro, só não tinha gado”. Diante da dificuldade de se produzir e viver como camponês nessa região, a família migrou para Cândido Sales a fim trabalhar em uma roça que produzia fumo. Com a morte da mãe, deu-se um jeito de casar as filhas.

De acordo com a entrevistada, “meu pai me casou, com o primeiro que apareceu, eu tinha 16 anos [...] foi poucos meses do dia que eu vi ele na primeira vez, até o dia que eu casei”, o que demonstra a marca do patriarcalismo na família tradicional, onde as relações de poder são desiguais e o papel de subalternidade da mulher diante da figura masculina fica explícito. Sendo que o papel “naturalmente” relegado à mulher, é o cuidado dos filhos, eximindo o homem de qualquer responsabilidade, assim, na falta da mãe, e tendo as meninas se tornando “adultas”, a submissão à figura masculina passa do pai, para o marido. (GAZZOLA e AJAMBUJA, 2000).

O universo simbólico da ideologia judaico-cristã, no qual a maioria destas mulheres está imersa desde o nascimento, de acordo com Moraes Silva, (2010), é um dos componentes da ideologia do poder patriarcal. Por causa do pecado de Eva, nesta religião, a mulher é considerada como desobediente e “portadora de todos os males que povoam o mundo, sendo culpada pela desobediência a Deus” (p. 20). Grande parte de seus relatos de vida estão permeados pela concepção do patriarcado, onde a mulher aparece como um ser oprimido, sendo, por muitas vezes objeto, e não sujeito, são mulheres que tiveram de aceitar o sofrimento como parte necessária de suas vidas, já que de acordo com a concepção religiosa “Deus possui o controle de todos os homens e da natureza, e para agrada-lo é preciso percorrer o árduo caminho da obediência e da submissão” (p. 16).

Na ideologia do poder patriarcal, o sofrimento se torna parte constitutiva do destino feminino, seja com a criação dos filhos, seja na relação com o marido, tornando recorrentes os casos de mulheres que toleram a violência, a exploração e alcoolismo do cônjuge por toda a vida, se tornando exceção aquelas que conseguem romper com tal destino. Ainda assim, recai sobre elas o sentimento de culpa por qualquer insucesso, seja dos filhos, da relação com o marido, e de si próprias (MORAES SILVA, 2010, p. 16).

Outras questões que explicitam submissão ao pai e ao marido autoritário ficam expressas nas falas das trabalhadoras através de lembranças que refletem o conteúdo da ideologia do patriarcado que se estendia de casa, ao espaço do trabalho na roça, onde a imagem do pai-patrão se confunde com a dos gerentes e fiscais das fazendas (MORAES SILVA, 2010), sendo comum ouvir entre algumas dessas mulheres expressões como “eu era muito criança, [...] com 5 anos meu pai botava a gente para ir trabalhar na roça”, “mesmo nós pequeno, quando dava a hora de sair pra roça, não podia ficar ninguém em casa, podia tá o sol que fosse, a chuva que fosse, tinha que ir trabalhar” (D. A, 64 Anos. Entrevista concedida à autora. Vitória da Conquista, janeiro de 2016).

Muito mais do que uma atividade produtiva, o trabalho se configura como sendo, também, um valor moral relacionado à dignidade, além de por um lado afirmar a masculinidade, através da afirmação do homem responsável que serve para edificar família e por outro da feminilidade, que corresponde ao padrão que a sociedade burguesa impõe a figura feminina, enquanto “mulher trabalhadeira” apta a cuidar de uma família. Podendo ser levado em conta no momento da escolha da mulher ideal para se tornar esposa e mãe (MENDES 2009).

O trabalho enquanto valor moral, nos casos estudados tem sido passado de geração em geração, e incentivados desde muito cedo, começando na infância, caracterizando a realização das tarefas não só como uma ajuda, mas como trabalho infantil, sobrecarregando as crianças com jornadas de trabalho que, muitas vezes os privavam do acesso aos estudos e do bem estar (idem). Conforme aparece no fragmento abaixo.

Meus filhos toda vida foi trabalhador, porque nos ensinava desde cedo. Almiro tinha oito anos e ele era muito esperto, gostava muito de trabalhar, aí pegava uma rua de café pra mim mais Almiro e outra pra meu esposo mais meu outro menino de 5 anos, que era Zé, aí quem terminasse primeiro ajudava o outro a terminar. (...) Eu já peguei até 22 latas de café por dia. Minhas meninas pegavam, meu filho pegava. Esse filho meu pegava até 32 latas, conforme a rua que pegava. Porque eles eram esforçados pra trabalhar. (D. L, 61 anos. Entrevista concedida em Janeiro de 2016).

Estes apontamentos valem tanto para as trabalhadoras entrevistadas, quanto para seus filhos, compreendendo aquelas que viviam e trabalhavam nas fazendas, e também as que já haviam se fixado na periferia de Vitória da Conquista.

Como expressão concreta das formas perversas de precarização, a mobilidade do trabalho, impõe que os trabalhadores e trabalhadoras sejam “sensíveis” a toda a variação da sua força de trabalho, que lhe permita antever um melhor salário, ou simplesmente se manterem vivos (GAUDEMAR, 1977), assim, diante da precariedade da vida e do trabalho em que se encontravam, muitas trabalhadoras, mesmo que nunca tivessem entrado em um cafezal, logo, não sabendo lidar com este tipo de cultivo, viram-se diante da possibilidade de garantir que suas necessidades imediatas e talvez a longo prazo fossem sanadas. Como mostra o depoimento a seguir, de uma trabalhadora que animada com a possibilidade de ter alguma renda, descreve sobre como tomou conhecimento do trabalho no café e convenceu o marido, também inexperiente nesta atividade, a aceitar entrar na empreitada:

Eu tava morando em Cândido Sales, numa casinha veia alugada, que era tão pequena que nem uma cama de casal que eu tinha, eu consegui montar, porque não cabia no quarto. [...] nesse tempo eu já tinha quatro filho [...]. Eu sem

trabalhar... mas toda vida, eu nunca gostei de ficar parada, tinha que arranjar um jeito de ganhar um dinheirinho, aí as vezes lavava uma roupa pra um, lavava um prato pra outro, capinava uma roça. [...] Meu marido passava a semana toda trabalhando na carvoeira, ele fazia carvão pros outros [...] Aí uma mulher foi lá em casa, umas menina que eu conheci lá em Nova Conquista que disse que já tinha 3 anos que trabalhava e numa fazenda e que lá o povo tava ganhando muito dinheiro, que tava puxando de rodo. [...] Aí ela falou comigo: vambora panhar café, na fazenda lá de Conquista, lá o povo ta panhando café, você precisa de ver, tem gente que ta panhando 100 latas na semana. [...] Aí eu falei com meu esposo... ô meu Deus, eu queria tanto comprar uma casa pra mim, pra largar de viver nessa vida, nessa casinha véa alugada. Aí ele falou: Qua! Nós não vai pra esse café não, nós não conhece nem café. Mas aí eu falei que a mulher disse que lá tava bom pra nós ganhar dinheiro, para sair dessa vida. (D. A, 64 anos, Entrevista concedida à autora. Vitória da Conquista, janeiro de 2016).

O período da colheita costumava durar de cinco a seis meses e este era o tempo que os trabalhadores permaneciam nas fazendas antes de regressarem para suas casas. Em vez de retornar para sua cidade de origem, algumas das famílias de trabalhadores que se destacavam na colheita pelo empenho no trabalho, conseguiam ser admitidas nas fazendas, permanecendo por alguns anos, antes de se mudarem definitivamente para a periferia de Vitória da Conquista.

Entre as diversas trajetórias de mobilidade do trabalho, outra entrevistada, descreve a odisseia que passou para chegar até a fazenda em que iria trabalhar com a família no distrito de Inhobim, principal produtor de café de Vitória da Conquista. Dona Lina, que nunca tinha entrado em um cafezal, assim como tantas outras trabalhadoras protagonistas deste processo, relembra a saída com a família rumo ao desconhecido:

Eu arrumei os meninos, peguei só as roupas, o resto eu deixei lá, peguei uns lençol, uns travesseiro, essas coisinha pouca, fiz uma trouxa, assim, arrumei uma caixa. Aí nós pegou a estrada saindo de Tremedal, [...] aí nós pegou uma kombi dessas que pega passageiro, aí quando chegou em veredinha nós botou nossas coisas na beira da estrada. Aquela estrada que vai pra Inhobim, tava construindo na época, as basculante tava descendo direto com terra, essas caçamba que joga terra. Aí nós esperou até meio dia, quando foi meio dia, passou uma basculante e nós pediu pra subir, e ela deixou nós lá em Inhobim. Isso foi em 1 de maio de 1979. Aí foi eu, meu esposo e meus fi. Acho que foi mais umas duas famílias mais nós, mas agora eu não tô lembrada.

E nós desceu... peguei e botei a malinha de roupa dos meninos na cabeça, meu esposo pegou as outras sacolas, eu peguei a menina pequena, que era pequenininha, tava com dois anos, aí nós foi andando até nós chegou lá na fazenda.[...] Os pé de café, o lugar que era vermelho, tava todo vermelhinho, que tem o café Mundo Novo é vermelho e o Catuai é os caroço amarelo

(D.L, 61 anos, Entrevistada em Janeiro de 2016).

Muitas dessas trabalhadoras, que não estavam acostumadas à lida nos cafezais, não conheciam as técnicas de retirada dos frutos, e dizem que o aprendizado veio com a prática. Algumas contam que recebiam as primeiras instruções de outras mulheres, que se solidarizavam prestando ajuda às trabalhadoras novas, ensinando como colher o café, qual o melhor jeito de manusear as galhas sem ferir as mãos, alertavam sobre a importância de não retirar os frutos que não tinham completado a maturação, a fim de evitar que fossem chamadas a atenção pelos fiscais e tivessem desconto na produção. A ajuda também vinha relacionada aos alojamentos, uma trabalhadora recém-chegada, que conhecia alguém que já estivesse na fazenda, contava com essa ajuda para separar o quarto onde a nova trabalhadora ficaria alojada com a família, ou a depender do tipo de alojamento, dividiriam o mesmo ambiente.

As falas a seguir demonstram a aflição das trabalhadoras com o primeiro contato na colheita e de como este trabalho é lesivo, chegando a ferir suas mãos:

Quando nós chegou lá, que viu aquela multidão de gente, [...] aquela multidão de roça... [...] Aí eu pensei, meu pai do céu, o que que eu vim fazer aqui nesse lugar que eu não conheço ninguém, que eu não conheço nada! [...] foi, eu, meu marido e as menina e pegou três lata, porque não sabia nem pegar, aí agora foi continuando... De repente tinha dia de nós pegar 80 lata de café. [...] Porque nós era esforçado, mas quem não esforça não pega nada, café é uma coisa assim, você tem que ter coragem, ou com sol ou com chuva e machucava muito a mão (D. L, 61 anos. Entrevista concedida em Janeiro de 2016).

Eu aprendi a panhar café sozinha, com 12 anos, eu via os povo puxando eu ia lá e fazia igual. Aí quando pegava café verde eles mandava manerar na mão. [...] Machucava a mão por causa daqueles espinhozinho do café. [...] Eles não dava luva, não dava bota, não dava nada. (F, 18 anos. Entrevista concedida em Janeiro de 2016).

Os depoimentos das trabalhadoras revelam a perversidade do trabalho ao qual se viam obrigadas a realizar, que apesar de ser praticado por mulheres e homens, recaía de forma mais pesada sobre as mulheres, visto que as trabalhadoras, acabam sendo menos protegidas, tanto pela legislação do trabalho, quanto pelas

organizações sindicais (NOGUEIRA, 2010), sobretudo neste período de introdução da cafeicultura na região, no qual a representatividade do Sindicato dos Trabalhadores Indústriais do Trabalho Rural (STR) de Vitória da Conquista não acontecia de forma efetiva, até o início da década de 1980, quando passou a ser pressionado pelos trabalhadores do café, que reivindicavam contra a exploração do trabalho nessa atividade, o que culminou em uma grande greve do café em 1980 que ganhou repercussão nacional pela quantidade de trabalhadores mobilizados, cerca de 15 mil. (SOUZA, 2008).

b) Os limites à educação formal das mulheres, migração infantil e o trabalho informal e doméstico

Tanto para as trabalhadoras que viviam nas fazendas, quanto para aquelas que saíam da periferia de Vitória da Conquista, as condições da vida no meio rural ou urbano, apresentavam entraves ao acesso à escola. Na fazenda de café, pela própria rotina diária de trabalho, que se somava à dificuldade do deslocamento até um centro urbano ou sede de algum distrito que dispunha de equipamentos destinados à educação infantil, o que não era diferente na periferia de Vitória da Conquista, onde importantes lutas precisaram ser travadas para que o direito à educação das crianças fosse minimamente garantido.

Uma das entrevistadas, moradora da fazenda lembra que sua filha mais velha foi à escola pela primeira vez com 15 anos, quando finalmente a prefeitura de Vitória da Conquista enviou uma professora para dar aulas no distrito de Inhobim. Outra trabalhadora, residente da periferia, conta que seus 5 filhos, passaram boa parte de suas infâncias sem acesso à escola ou creche.

Além da migração de trabalhadoras e trabalhadores adultos, entre aqueles que se fixavam nas fazendas de café, se tornou comum a migração infantil para Vitória da Conquista, sobretudo de meninas, que em sua maioria analfabetas, eram enviadas pelos pais para a cidade, a fim de conseguirem acesso à educação e como pagamento pela estadia na casa dos patrões, trabalhavam como empregadas domésticas e babás nas casas dos donos da fazenda, de familiares ou conhecidos dos patrões. Aos poucos, iam deixando de lado os costumes da vida no campo e introjetando as tarefas dos novos ofícios que, não lhes eram estranhos, pois desde muito novas aprendiam a lidar com os serviços domésticos, entretanto, na cidade, estas tarefas tinham especificidades do estilo de vida urbana (MENDES, 2007).

Aos poucos, com a adaptação e fixação na cidade, outros membros da família, que ainda estavam nas fazendas de café, iam fazendo o mesmo percurso, irmãos, irmãs, pai, mãe... chegando a Vitória da Conquista para trabalhar como faxineiras e diaristas e se somando a outras famílias de trabalhadoras na periferia da cidade, como atesta o depoimento que segue:

Meus filhos foram crescendo e como lá na fazenda não tinha estudo, as minha meninas vieram para Conquista. Uma delas, a Marleide, veio para cá com 9 anos de idade trabalhar e estudar. Nanda veio com 16. Branca veio com 12 anos e aí veio todo mundo, porque eu também larguei a roça de café. As minhas filhas trabalhavam em casa de família, cuidando de casa e dos filhos das patroas. Uma foi passar um tempo em São Paulo também. (D. A, 64 anos. Entrevistada em Vitória da Conquista, janeiro de 2016).

Não somente as filhas das trabalhadoras, como elas próprias, quando migraram definitivamente para a periferia de Vitória da Conquista se tornavam trabalhadoras domésticas ou diaristas, inicialmente nas casas dos patrões e conhecidos destes e partir disto a rede de casas de família na qual trabalhavam ia se expandindo.

c) A desigualdade no valor pago pelo trabalho realizado: O pagamento por produção

Era comum, entre os trabalhadores e trabalhadoras que migraram para trabalhar na cafeicultura no Planalto da Conquista, a migração familiar, pois quanto maior a quantidade de mãos colhendo café, maior também a renda obtida pela família, já que o trabalho na colheita do café não conhecia sexo, nem idade. Mulheres, homens e crianças trabalhavam por produção e neste caso, se destacava aqueles que conseguissem se tornar mais ágeis.

Esta estratégia de pagamento, na colheita, por produção, vem como herança da cafeicultura do centro sul do Brasil e tem funcionado como forma de se extrair mais trabalho não pago, ou seja, ampliar a taxa de exploração da mais-valia absoluta, na qual se tem a aferição do salário a partir da quantidade produzida, neste caso, colhida. Esta situação que apresenta-se inicialmente como favorável aos trabalhadores e trabalhadoras já que possibilita um acréscimo na sua remuneração, que depende unicamente do seu esforço, tornando o aumento da produtividade um interesse individual, realmente representa um ganho monetário para os trabalhadores e trabalhadoras, mas vem em troca de um maior desgaste na atividade laboral.

De acordo com Marx (2010. p.644) “o salário por peça é rebaixado na mesma proporção em que aumenta o número de peças a ser produzido no mesmo tempo, isto é, em que diminui o tempo de trabalho empregado na mesma peça”. Neste sentido, na cafeicultura quanto mais ágeis se tornam os trabalhadores, diminuindo o tempo de “produção” da unidade de medida, que em geral corresponde a uma lata (equivalente a 20 litros dos frutos de café), mais barata ela se torna, ampliando a exploração e degradação da sua força de trabalho, ou seja, enquanto amplia a sua desgraça, o trabalhador produz, proporcionalmente a riqueza para seu patrão. (Idem).

d) Diferentes trajetórias que constituem a periferia urbana de Vitória da Conquista

As trajetórias de vida das trabalhadoras que tivemos contatos, mostram histórias diferentes de mobilidade que tem em comum dois pontos: a cafeicultura e a periferia. A maioria não possui uma trajetória simples de saída do local de origem para o café e depois para a periferia, mas são trajetórias tortuosas, com meandros entre um e outro espaço. Algumas das trabalhadoras que saíram com suas famílias, conseguiram permanecer como empregados nas fazendas de café por determinados períodos, antes de migrar definitivamente para um bairro da periferia de Vitória da Conquista.

Há também, casos de famílias de trabalhadoras que se deslocaram, da cidade de origem, para Barra do Choça e outros municípios produtores de café no Planalto da Conquista e posteriormente chegaram a Vitória da Conquista, como também aquelas trabalhadoras que migraram por vezes para as fazendas dessa região como diaristas e catadoras de café, retornando a seus locais de origem no fim de cada colheita até enfim se mudarem para a cidade em estudo, construindo assim, a história espacial da produção da periferia conquistense pela mobilidade do trabalho.

e) A reprodução da vida no espaço urbano: mulheres e acesso a moradia

O acesso a moradia em Vitória da Conquista também não aconteceu da mesma maneira para todas as trabalhadoras que tivemos contato, entre as quais existem relatos de que de início, foram morar na casa de parentes ou amigos que já viviam nesta cidade, ou ainda viveram em casas ou cômodos alugados até conseguirem adquirir os lotes nos quais construíram suas casas.

O depoimento a seguir conta a história de algumas dessas trabalhadoras que chegaram na cidade de Vitória da Conquista, respectivamente nas décadas de 1970 e 1980:

Quando nós chegou aqui em Conquista, que antes nós morava na Barra do Choça, nós construiu essa casa aqui, que nem era minha, era de minha mãe, aí ela morreu e deixou pra mim. (...) Aqui em Conquista eu só morei aqui no kadija, desde quando era novinha, minha mãe ganhou esse terreno da prefeitura e fez essa casa. (E, 56 anos, entrevista concedida em Janeiro de 2016).

Depois do tempo que a gente morou na Barra do Choça, (...) voltou pra Poções (...). Aí nós veio pra Conquista, já tinha uma filha minha morando aqui, que era casada, (...) nós morou com ela um tempo, aí meu genro conseguiu com a prefeitura esse terreno aqui e deu pra a gente. A casa quem construiu foi meus filhos e meu esposo, nós junto. (...) lá trabalhando e juntava com aposentadoria nossa (...) foi comprando uma

cerâmica, um forro, as coisa de casa (...) e foi fazendo e hoje ta assim. (D. L, 68 anos. Entrevista concedida em Janeiro de 2016).

A história dessas trabalhadoras, representam milhares de outras trabalhadoras e trabalhadores, sozinhos, ou com suas famílias, que migraram para Vitória da Conquista entre as décadas de 1970 até 1990 com relação a cafeicultura. Já que a partir desse período, essa atividade econômica apresenta uma diminuição na requisição da força de trabalho, em virtude da introdução de maquinário especializado em diversas etapas do processo produtivo, principalmente a partir de 2013 com a aquisição de maquinários poupadores de força de trabalho, como colheitadeiras automotrizes que substituem cerca de 200 trabalhadores cada uma. Essas novas transformações no campo do Planalto da Conquista, transformaram, mais uma vez a realidade e o destino dos trabalhadores e trabalhadoras envolvidos nessa atividade. A cada novo período de expansão do café, novas levas de trabalhadores e trabalhadoras chegavam para fazer parte de sua população urbana, e neste processo, tem-se a formação de uma periferia bastante ligada ao trabalho na cafeicultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A configuração urbana atual da periferia de Vitória da Conquista é resultado dos processos que sucederam a década de 1970. Como abordamos, com a instalação e desenvolvimento da agroindústria cafeeira na região do Planalto da Conquista a morfologia da cidade mudou. A nova dinâmica sócioespacial teve rebatimentos sobre Vitória da Conquista, modificando-a para atender a demanda de trabalhadores e trabalhadoras migrantes que chegavam a esta cidade por conta do trabalho no café.

Grande parte destes trabalhadores e trabalhadoras “chegantes” continuou a reproduzir suas vidas em uma relação de mobilidade do trabalho entre a cidade e o campo. Se ocupando no trabalho rural da colheita sazonal do café e buscando na cidade, outras formas de inserção no mercado de trabalho, geralmente de forma precária e temporária.

Durante muitos anos, especialmente no período de expansão da cafeicultura entre as décadas de 1970 e 1980, inúmeros caminhões abarrotados de homens, mulheres e crianças saíam de bairros da periferia de Vitória da Conquista, levando força de trabalho para a colheita do café. Muitas trabalhadoras faziam este percurso diariamente durante muitos anos de suas vidas.

Contudo, a partir do final da década de 1980, a crise mundial do café apresentou rebatimentos importantes, não sobre a produção cafeeira, que se manteve estável, mas incidiu sobre a força de trabalho, que começou a ser dispensada gradativamente. Entretanto, até a década de 1990 o número de trabalhadores e trabalhadoras que se deslocavam da cidade para as fazendas de café ainda era bastante expressivo. Porém, o capital tem a necessidade de continuar se reproduzindo de maneira que se consiga “mais, por menos” afim de aumentar a

taxa de mais valia, assim, passa a investir em tecnologias, como começa a acontecer no Planalto e em Vitória da Conquista a partir dos anos 2000. Quando, visando a diminuição de gasto com a força de trabalho, as grandes fazendas passaram a investir mais recursos na mecanização. Neste processo muitos trabalhadores e trabalhadoras requisitados para a colheita foram substituídos por colheitadeiras automotrizes. Sob este processo, e no que tange toda a história da cafeicultura no Centro Sul da Bahia, a pobreza dos trabalhadores e trabalhadoras se torna o outro lado da riqueza de seus patrões, que no sistema desigual do capitalismo, só pode ser alcançada em coexistência com a miséria. Em uma regra de proporcionalidade que quando mais riqueza se acumula, mais homens e mulheres miseráveis são produzidos. Este é o processo que os discursos e programas de desenvolvimento regional ocultam.

Desde a perspectiva urbana, planejar e decidir para onde e como se expande uma cidade significa determinar a forma e distribuição do solo urbano e seus usos. Logo, produzir as bases materiais das relações sociais. Como isso queremos destacar que produzir uma cidade dispersa, com mais ou menos espaços públicos, com habitações precárias, com mais ou menos vias de comunicação ou com uma distribuição desigual de equipamentos urbanos básicos, são decisões que aumentam ou diminuem as desigualdades de classe e, embora pouco estudadas, as assimetrias de gênero nesses espaços.

Morar em um loteamento distante, com pouca infraestrutura pública e sem serviços mínimos, condiciona a vida cotidiana de homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras, de forma diferente. O planejamento não é portanto neutro desde a perspectiva de gênero, pois mesmo nas periferias urbanas esse pode melhorar ou prejudicar o modo como as mulheres se relacionam com o espaço onde moram e trabalham. Todavia, no planejamento urbano clássicoⁱ grande parte das necessidades sociais são continuamente relegadas a questões de eficiência econômica. Essa leitura economicista faz com que as mulheres trabalhadoras sejam socialmente as grandes prejudicadas.

Um dos grandes diferenciais da relação das mulheres, respeito os homens, com a cidade e, particularmente, com a periferia é nas questões relativas à vida cotidiana.

As mulheres trabalhadoras do café, no entorno agrário de Vitória da Conquista, reproduziram cotidianamente suas vidas no espaço urbano da periferia, além de construírem as condições necessárias para a reprodução das suas famílias. A experiência cotidiana dessas mulheres nos loteamentos precários destinados às famílias “do café” na década de 1970, difere da experiência dos seus companheiros de vida e de trabalho. Fundamentalmente, porque a responsabilidade do doméstico continua considerando-se responsabilidade feminina, e os trabalhos “no doméstico” ainda que produtivos e remunerados e não apenas reprodutivos, continuam sendo considerados complementares ou ajudas. Pelo fato de serem executados basicamente por mulheres.

Contudo, o que queremos destacar é a sobrecarga de atividades que sofre o tempo dessas mulheres trabalhadoras do café também no “espaço da vida cotidiana não produtiva”, neste caso na periferia. E como nos ritmos extenuantes

e nas demandas sobrepostas de família e trabalho essas mulheres conseguiram transformar “vazios urbanos” em locais de vida e moradia. Sem transformar a subalternidade de gênero, que culturalmente ordena esses espaços, essas mulheres criaram estratégias para que sem subverter essa lógica, utiliza-la no seu proveito, desenvolvendo práticas de solidariedade feminina não previstas no planejamento econômico do espaço urbano da cidade.

A sobrecarga no tempo de vida e trabalho dessas mulheres, a comumente denominada dupla jornada tem a ver, também, com o planejamento urbano. Na medida em que essas mulheres são obrigadas a compatibilizar as possibilidades que esses espaços, via de regra precários, apresentam com as demandas do dia a dia. Essas demandas vão desde a manutenção, criação e cuidados das suas famílias, até a procura de renda por meio do assalariamento rural e urbano. De uma forma ou de outra, o trabalho desempenhado pelas mulheres é precário e informal, seja no espaço urbano ou rural, contudo, esse ambiente nos revelou processos ainda mais perversos como a degradação trabalho feminino e a submissão a condições análogas à escravidão.

Neste sentido, entendemos que a periferia urbana da década de 1970, onde as mulheres sobreviviam de “quebrar pedras” e da doação alimentos por projetos de padres da Igreja católica, pouco diverge da realidade de muitos desses espaços em 2016, onde, na condição de trabalhadoras supérfluas, descartadas do processo de produção, precisam partir para a mendicância. A realidade do trabalho das mulheres da periferia de Vitória da Conquista, chega ao ponto da submissão ao trabalho análogo a escravidão, como constatamos na nossa pesquisa ao entrevistar D. E, trabalhadora de 56 anos, resgatada pelo Ministério do Trabalho em uma fazenda de café do município em 2012. Junto com ela, estava sua filha de 14 anos trabalhando nas mesmas condições. Em 2015, jornais do estado do Espírito Santo noticiaram o resgate de trabalhadores e trabalhadoras de Vitoria da Conquista em situação análoga à escravidão nas fazendas de café capixabas. Essa informação, foi confirmada por trabalhadoras da periferia, que disseram ter precisado recorrer a outros lugares, mais distantes, para continuar a trabalhar. Isso nos mostra o quanto a realidade é dinâmica e como o capital continua a criar estratégias para manter a força de trabalho em movimento, deslocando para determinados espaços, uma força de trabalho migrante que se torna mais barata do que a local. E se o trabalho continua "em mobilidade" é porque a circulação da mercadoria força de trabalho é condição para a reprodução e acumulação do capital.

Assim o desenvolvimento regional que chegou no Centro Sul baiano com o discurso de encurtar as distâncias percorridas pelos trabalhadores ‘em mobilidade’ pelo trabalho, criou um exército de trabalhadores e trabalhadoras para dispensa-lo tempos depois. Nesse contexto, ainda que as dinâmicas territoriais do trabalho mudem, elas continuam em movimento, para outros espaços e territórios.

A mobilidade do trabalho em relação à cafeicultura, tão ligada a produção da periferia de Vitória da Conquista, apesar estar desaparecendo dentro da própria

região, agora expande suas fronteiras, levando mulheres, homens e famílias inteiras a buscar em locais, cada vez mais distantes, formas de se manterem vivos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C. C. Produção sócio - espacial e habitação popular nas áreas de assentamentos e ocupações na cidade de Vitória da Conquista – BA. 2005. 192f (dissertação) Mestrado em Geografia. Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal da Bahia. Universidade Federal da Bahia - UFBA. Salvador, 2005.

CARLOS, A. F. A. A (re)produção do espaço. São Paulo: Edusp, 2011.

CARMO, M. A. A. Migrações temporárias e as relações de trabalho no campo: O caso da cafeicultura do cerrado. Anais do XXI Encontro de Geografia Agrária, Uberlândia- MG, 2012. Disponível em:< <http://docplayer.com.br/4725124-Migracoes-temporarias-e-as-relacoes-de-trabalho-no-campo-o-caso-da-cafeicultura-do-cerrado.html>> Consultado em maio de 2015.

FERRAZ, A. E. Q. O espaço em movimento: O desvelar da rede dos processos sociotécnicos do sistema de saúde de Vitória da Conquista. Tese (Doutorado em Geografia). São Cristóvão: UFS – NPGeo, 2009.

_____. O urbano em construção Vitória da Conquista: um retrato de duas décadas. Vitória da Conquista: UESB, 2001.

FERRAZ, A. E. Q ; ALMEIDA, M.C.C. Transformações Sócio -Territoriais na cidade de Vitória da Conquista - BA. In: Simpósio nacional de Geografia Urbana, X, 2007, Florianópolis, Anais Trajetórias da Geografia urbana no Brasil: tradições e perspectivas. Florianópolis, UFSC, 2009. p. 1-17

FRANCO GARCÍA, María. A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema. 2004. 216 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2004. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/102966>> Consultado em março de 2015.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 34 ed. 2007.

GAUDEMAR, J.P. Mobilidade do trabalho e acumulação do Capital. Lisboa: Editora Estampa, 1977.

GAZZOLA, T, AJAMBUJA, M. L. F. A mulher e o processo produtivo. In: Publicatio UEPG, v. 8, n 1, 2000. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/sociais/article/view/2728/0>. Consultado em fevereiro de 2016.

INFOPLEX, Perfil básico de empresas. Disponível em: <<https://www.infoplex.com.br/perfil>> Consultado em Agosto de 2015.

LAURETIS, T. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, B.H. Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

MADALOZZO, R; MARTINS S. R; SHIRATORI L. Participação no mercado trabalho e no trabalho doméstico: homens e mulheres têm condições iguais? Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 18(2): 547-566, maio-agosto/2010 In: Scielo. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2010000200015&script=sci_arttext> Consultado em Agosto de 2015.

MARX, Karl. Trabalho assalariado e Capital e salário, preço e lucro. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARTINS, J. De S. O cativo da terra. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

MEDEIROS, R. H. A. Vitória da Conquista nos anos 1960 – 1978. In: MOSCONI, Luis (Org.). Edivanda uma vida de fé e de muitas lutas. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.223p.

_____. Os loteamentos e a expansão urbana de Vitória da Conquista. In: Fifó, Vitória da Conquista 25 de Janeiro de 1978. Ensaio Conquistenses, 9.

MENDES, M. A. De trabalhadoras rurais a chefes de família em ZEIS: Visitando as trajetórias e estratégias femininas. In: Raízes. Vol.21 nº 1. 2008.

MENEZES, Sócrates. Oliveira. De “supérfluos” a sujeitos históricos na contramão do capital: a Geografia do (des)trabalho. 2007. 382f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Núcleo de Pesquisa em Geografia-NPGEO – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2007.

MORAES SILVA. M. A. Mulheres Trabalhadoras Rurais: Trajetórias e Memórias. In: Ruris. v 4 n 2, 2010.

MORAES SILVA. M. A. MENEZES, M. Migrações Rurais no Brasil: Velhas e novas Questões. Inscal, 2009. Disponível em: <<http://inscal.blogspot.com.br/2009/06/migracoes-rurais-no-brasil-velhas-e.html>> Consultado em Fevereiro de 2016.

MOURA, D. A. S. Andantes de Novos Rumos: A Vinda de Migrantes Cearenses para Fazendas de Café Paulistas em 1878. In: Revista Brasileira de História. vol. 17 n. 34, São Paulo 1997.

NOGUEIRA, V. S. Sair para o Café: uma Etnografia do Processo Migratório em Famílias Camponesas. In: TEIXEIRA, P.E, BRAGA, A. M. C., BAENINGER, R. (Orgs) Migrações: Implicações passadas, presentes e futuras. Marília, SP: Cultura acadêmica Editora, 2012.

NOGUEIRA, C. M. As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução. In: Revista Aurora ano IV número 6 – Agosto de 2010. Disponível em: <www.marilia.unesp.br/aurora> Consultado em: Agosto de 2015.

OLIVEIRA, J. V. Aspectos Econômicos e Sociais da Cultura do Café na Bahia, In: Princípios – Revista Teórica, Política e de Informações, São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1984. Disponível em: <http://fmauriciograbois.org.br/admin/arquivos/arquivo_50_93.pdf> Consultado em: Julho de 2015.

RUA, J. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. In: Revista da ANPEGE, No 2, 2005. Disponível em: <<http://anpege.org.br/revista/ojs2.2.2/index.php/anpege08/article/view81>> Consultado em Maio de 2014.

SAFFIOTI, H. I.B. O poder do macho. São Paulo: Moderna, 1987

SAMPAIO, A. V. O. A mobilidade do trabalho, e a produção do espaço regional de Vitória da Conquista – Bahia. Tese. (Doutorado em Geografia) – Núcleo de Pesquisa em Geografia-NPGEO – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2013.

SANTOS, A. L. Produção de Riqueza e Miséria na Cafeicultura: As transformações recentes do espaço rural nos municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça – Bahia. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 1986

SANTOS, A. J. Memória, ideologia e lutas de classes em vitória da conquista: a segregação socioespacial como manifestação das contradições sociais. 2014. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2014.

SANTOS, R. S. A construção de Cidades no Brasil: Capital, poder público, população e a produção do espaço urbano em Vitória da Conquista (1940 - 2010). Tese (Doutorado em Geografia). Barcelona: Universitat de Barcelona. Programa De Doctorado: Geografia, Planificaci3n Territorial Y Gestió n Ambiental, 2013.

SINGER, P. Migrações Internas: Considerações teóricas sobre o seu estudo. In: Economia Política da Urbanização. São Paulo: Contexto, 2008.

SOUZA, S. T. Da negação ao discurso “hegemônico” do capital à atualidade da luta de classes no campo brasileiro. Camponeses em luta pelo/no território no sudoeste da Bahia. Tese (Doutorado em Geografia). São Cristóvão: UFS – NPGEO, 2008.

SOARES, V. O. A territorialização da Cafeicultura no Planalto da Conquista/Bahia: Transformações e contradições no espaço agrário. 2011. 180f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Núcleo de Pesquisa em Geografia-NPGEO – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2011.

SPAGGIARI SOUZA e FREITAS. Gênero, trabalho e migração: lugares de homens e de mulheres na lavoura de café do sul de Minas Gerais. Revista UNIABEU, Belford Roxo. V.8 Número 18 janeiro-abril de 2015

STOLCKE, V. Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980). São Paulo. Brasiliense, 1986.

Contato com o autor: Maria Franco Garcia <mmartillo@gmail.com>

Recebido em: 27/12/2019

Aprovado em: 24/04/2020

¹ Nos referimos aqui às práticas urbanísticas que não levam em consideração às relações sociais de gênero nem de classe nas suas proposições.